



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

PAULA RENATA MARTINS MAIA

**A QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO DE INTERVENÇÃO E BASE DE
FUNDAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL**

Juazeiro do Norte

2020

PAULA RENATA MARTINS MAIA

A QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO DE INTERVENÇÃO E BASE DE
FUNDAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de Graduação em Serviço Social do
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como
requisito à obtenção do grau de bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Prof. M.a. Márcia Figueiredo

Juazeiro do Norte

2020

PAULA RENATA MARTINS MAIA

**A QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO DE INTERVENÇÃO E BASE DE
FUNDAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, UNILEÃO de Juazeiro do Norte - CE como exigência à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Prof. M.a. Márcia de Sousa Figueiredo

Data de aprovação: 16/12/2020

Banca Examinadora

Prof. Ms. Márcia de Sousa Figueiredo

Orientadora

Prof. Ms. Sheyla Alves Dias

1º Examinador

Prof. Ms. Cicero Reginaldo Nascimento dos Santos

2º Examinador

AGRADECIMENTOS

À Deus, aos Anjos e Santos e a todas as Forças do Bem, pela Luz Emanada, pelo Discernimento, pela Proteção e pelas provas de amor e cuidado!!!

Ofereço e agradeço a minha rainha, Maria Altina, a quem sou grata por ser quem é, e por ajudar a construir quem sou. Tudo por ti e para ti.

Aos meus saudosos avós maternos, Renato Martins e Terezinha (vovó Tetê) que sempre se doaram e nunca mediram esforços para me dar o melhor em tudo, desde o amor, passando pela formação de caráter até a formação estudantil. A vocês toda minha Gratidão por terem me direcionado no caminho do bem e da retidão.

Aos meus avós paternos, Ruy Maia e Maria da Penha, sem vocês muitas coisas não seriam possíveis, obrigada!

Aos meus irmãos, Ismael e Paulo Henrique que me impulsionam a seguir sempre em frente, vocês me fazem querer ser melhor a cada dia.

Não posso esquecer dos meus tios e tias, e aqui saúdo uma em especial, tia Renata, que teve papel fundamental junto com meus avós na minha infância, adolescência... até hoje... em quem me espelho e admiro, obrigada por tudo e por tanto!

À Edna, a quem muito devo, por todo cuidado, dedicação e companheirismo. Obrigada por sempre estar ao meu lado.

À professora Márcia Figueiredo que sempre acreditou em mim, obrigada!

Na pessoa da professora Cecília Bezerra saúdo todos os mestres e mestras que encontrei nesta caminhada, vocês são Luz!

Ao meu amigo, Daniel Santos, que agora bem no finalzinho, apareceu em minha vida, segurou a minha mão e me ajudou a dar os passos finais desta caminhada, Gratidão!

RESUMO

A Questão Social surgiu como uma relação conflituosa entre a classe trabalhadora e os empregadores no modo de produção capitalista e vai, na atualidade, além do estudo dessa relação, pois permeia questões de igualdade de gênero, raça, religião, sexualidade e diversos outros elos sociais contemporâneos que fazem parte das complexas relações na sociedade atual e são objeto de estudo e intervenção do Serviço Social. O objetivo principal do presente estudo é, através da revisão de literatura, analisar a Questão Social como objeto de intervenção do Serviço Social no que concerne à inserção da área profissional na realidade contemporânea, discutindo a Questão Social como base de fundamentação sócio histórica da profissão. A centralidade da Questão Social na maturação e na própria origem do serviço social, abordada no desenvolvimento do presente estudo, evidencia sua importância para a área da assistência social e mostra as diversas possibilidades de estudos relacionados ao tema, contribuindo na elucidação e consolidação das matrizes teórico-metodológicas para a área profissional do Serviço Social.

Palavras-chave: Questão Social. Serviço Social. Capitalismo. Pobreza.

ABSTRACT

The *Questão Social* emerged as a conflicting relationship between the working class and employers in the capitalist mode of production and currently goes beyond the study of this relationship, because it permeates issues of gender equality, race, religion, sexuality and several other contemporary social links that are part of the complex relationships in today's society and are the object of study and intervention of social assistance. The main objective of the present study is, through the literature review, to analyze the *Questão Social* as an object of intervention of the social service with regard to the insertion of the professional area in the contemporary reality, discussing the *Questão Social* as the socio-historical foundation of the profession. The centrality of the *Questão Social* in the maturation and in the very origin of Social Work, addressed in the development of this study, highlights its importance for the area of social assistance and shows the different possibilities of approach studies related to the theme, contributing to the elucidation and consolidation of the matrices theoretical-methodological aspects for the professional area of Social Work.

Keywords: *Questão Social*. Social Work. Capitalism. Poverty.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - O CONTEXTO HISTÓRICO DA QUESTÃO SOCIAL E SUA INTERLOCUÇÃO COM A TEORIA SOCIAL CRÍTICA	10
1.1 Surgimento da Questão Social e sua Relação com Aspectos Conjunturais Sociopolíticos no Cenário Internacional	10
1.2 Definição de Questão Social à Luz da Teoria Social Crítica.....	20
CAPÍTULO II - A QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	27
2.1 Surgimento e Desenvolvimento do Serviço Social como Profissão.....	27
2.2 A Questão Social e sua Interlocução com o Serviço Social.....	32
CAPÍTULO III - DISCUSSÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE QUESTÃO SOCIAL, POBREZA E SERVIÇO SOCIAL	39
3.1 Análise Crítica Acerca de Pobreza e Questão Social.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE (S)	46
7.1 Apêndice A – Roteiro de Análise Documental.....	46

INTRODUÇÃO

A Questão Social surgiu como uma relação conflituosa entre a classe trabalhadora e os empregadores no modo de produção capitalista. A partir do surgimento dessa denominação, o termo social passou a ter significado restrito, deixando de significar a sociedade como um todo, mas apenas parte dela, referindo-se aos pauperizados (STRAZZERI, 2014).

Do ponto de vista histórico, a Questão Social foi tratada a partir do olhar da classe dominante, de quem estava no poder e concebida como uma ameaça que a luta de classes representa à ordem social, visto que essa luta estava sendo protagonizada pelas classes menos favorecidas. Durante o século XIX, no contexto de eclosão da Questão Social, a pobreza era atribuída ao indivíduo, isentando o sistema e o Estado, sobre responsabilidade nesse sentido, mas ao longo dos séculos seguintes esse conceito foi sofrendo alterações até chegar no momento atual.

A Questão Social é em sentido específico, solo de grande importância para estudo da relação social do trabalho no capitalismo e, em sentido abrangente, muito mais que tal relação, pois permeia também questões de igualdade de gênero, raça, religião, sexualidade e diversos outros elos sociais contemporâneos que fazem parte das complexas relações na sociedade atual e são objeto de estudo e intervenção da assistência social.

A atuação do assistente social está intimamente relacionada ao enfrentamento das múltiplas expressões da “questão social” no que concerne às relações entre classes e, destas com o Estado, sendo a política social, de acordo com lamamoto (2014), mediadora de fundamental importância para o exercício profissional voltado para sua concepção, gestão e avaliação. Responder demandas do trabalho ao mesmo tempo, ser contratado pelo Estado ou por organizações privadas, é estar a todo momento em uma situação desafiadora, visto que a base da profissão se atrela à contradição capital-trabalho.

Para o Serviço Social, exceder o conceito de pobreza além de renda e questões econômicas, segue uma tendência cada vez mais comum na realidade contemporânea, com a ampliação desses conceitos, é possível interferir e atuar considerando todos os fatores de influência nas plenas capacidades e condições das potencialidades humanas, envolvendo além da renda, mas abrangendo também

gênero, crenças, escolaridade, acesso a serviços de saúde, mobilidade urbana e cultura.

A partir dessa problemática, este trabalho propõe discutir a maturação das correntes ideológicas do serviço social, concomitante às diversas vertentes da Questão Social e definições de pobreza, por meio da discussão baseada na revisão literária do contexto histórico de origem e fundamentação teórica da área e sua interlocução com a Questão Social e a metodologia a ser utilizada, consiste na avaliação da literatura utilizada, com abordagem qualitativa partindo da Questão Social como objeto de intervenção para o serviço social.

Assim, o trabalho tem como objetivo geral analisar a Questão Social como objeto de intervenção do Serviço Social no que concerne a inserção da área profissional na realidade contemporânea, identificando diversas abordagens sobre a questão social e de que forma contribui para a discussão sobre a base de fundação sócio histórica da profissão e matéria de trabalho profissional, em suas múltiplas expressões.

Por objetivos específicos, pretende-se correlacionar a Questão Social e o Serviço Social através da perspectiva acadêmica, pontuando convergências e divergências sobre a fundamentação prática e teórica; discutir o caminho percorrido na conceituação de pobreza e da questão social contemporânea a partir das interações histórico-sociais das últimas décadas, presentes na literatura analisada e sugerir caminhos de análise ainda pouco explorados nesse contexto e; examinar a centralização da questão social na formação profissional do Serviço Social e as definições de pobreza no contexto contemporâneo.

Ao final, espera-se demonstrar a relevância da Questão Social como sendo de grande importância para a base teórica da Assistência Social, tendo em vista que pode ajudar a promover o reconhecimento da atuação do profissional desta área na atualidade, através da elucidação da própria relação capital e trabalho.

CAPÍTULO I - O CONTEXTO HISTÓRICO DA QUESTÃO SOCIAL E SUA INTERLOCUÇÃO COM A TEORIA SOCIAL CRÍTICA

A Questão Social desde sua origem, está intimamente relacionada com a relação entre donos dos meios de produção e o trabalhador, àquele que vende sua mão de obra. Tal relação, desde o princípio, sempre foi permeada por conflitos de interesses, alienação e exploração da classe trabalhadora. As circunstâncias políticas no contexto internacional influenciaram profundamente as abordagens sobre a teoria da Questão Social e continua a influenciar na atualidade, uma vez que, o entendimento e conceito sobre essas teorias são dinâmicos e acompanham o momento histórico ao qual pertence.

1.1. Surgimento da Questão Social e sua Relação com Aspectos Conjunturais Sociopolíticos no Cenário Internacional

As condições conjunturais que culminaram na Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra no final do século XVIII, foram resultado da superação das contradições que originaram a crise econômica no século XVII. Esse período histórico significou muito mais do que o início da industrialização propriamente dita, pois consistiu em mudanças demasiado profundas do processo produtivo onde as energias humanas passaram a ser substituídas pela força motriz não humana, com a superação da oficina de artesanato pela fábrica, e pelo conseqüente fortalecimento da existência de duas classes sociais distintas: a burguesia, detentora e exploradora dos meios de produção, e os trabalhadores, vendedores de sua força de trabalho.

A Revolução Industrial trouxe consigo a eclosão de diversos processos dentro do contexto social devido à profunda transformação nos mecanismos de estruturação na sociedade existentes até então, em especial, a transformação nas relações de trabalho. Nesse cenário, ocorre a eclosão da Questão Social, envolvida intimamente no antagonismo entre capital e trabalho, desde o início do modo de produção capitalista. Dessa forma, é possível vincular o surgimento da questão social junto ao advento da classe trabalhadora e sua introdução no cenário político (NETTO, 2004).

O termo “Social” possui uma trajetória histórica no decorrer do século XIX que permitiu seu desvinculamento de sentido à sociedade como um todo, passando a significar somente parte dela. A origem do termo “Social” em sentido restrito, tem seu

momento histórico concomitante à origem da expressão “questão social”, não coincidentemente foi no mesmo período das revoluções europeias na primeira metade do século XIX, onde houve a primeira aparição histórica do proletariado como ator político. O termo "social" passou a significar particularmente às populações menos favorecidas (STRAZZERI, 2014).

As singularidades desse momento histórico, como destacado por Strazzeri, estão intrinsecamente condicionadas pela elevada taxa de aumento de miséria e pauperismo acompanhada pelo simultâneo aumento das capacidades de produção da indústria, somados às transformações qualitativas das formas de resistência a essas conjunturas, protagonizadas por uma classe nova. Esses são os fatores fundamentais que permeiam os primeiros significados da expressão “Questão Social”.

Dessa maneira, a Questão Social não surge como uma questão da Sociedade, mas sim de uma segmentação desta, visto que os pauperizados estavam inconformados com sua condição e seus protestos nas décadas iniciais do século XIX passaram a representar uma ameaça para a classe burguesa. A partir dessa conjuntura sociopolítica, o pauperismo passou a ser designado pela expressão “questão social” (NETTO, 2001).

Nesse contexto, a pobreza passa a ser combatida e criminalizada através de uma intervenção moralizadora e psicológica para conter esses indivíduos. Nesse primeiro momento, a questão social é vista como desvio de comportamento individual e passa a ser associada também ao cenário de lutas de classes trabalhistas e, seu enfrentamento consistia em tentativas de conter essas lutas (MONTAÑO, 2012).

A partir do século XIX, a Questão Social torna-se objeto de preocupação e estudo, em um momento histórico no qual foram marcantes as péssimas condições de trabalho de origem na questão econômica (TENÓRIO, 2020). Além de refletir as lutas da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho, a Questão Social passou a integrar também, todos os indivíduos excluídos de direitos culturais, sociais, políticos e econômicos.

Na primeira metade do século XX, importantes mudanças geopolíticas estavam em curso no cenário internacional, com a consolidação da grande indústria e do capital monopolista, concomitante à consolidação dos Estados Unidos como grande potência capitalista mundial, substituindo definitivamente a pioneira Inglaterra. As novas configurações geopolíticas decorrentes do advento das grandes guerras mundiais trouxeram ao capitalismo uma nova fase de expansão marcada pelas relações

econômicas internacionais no processo de reconstrução dos países afetados pelos conflitos e que detinham de capital e de potencial para reconstruir suas cidades afetadas pelo conflito.

No segundo pós-guerra do século XX, a Questão Social passa a ser compreendida na ordem social e não mais como responsabilidade do indivíduo, vista como consequência do chamado “subdesenvolvimento” ou insuficiente desenvolvimento social e econômico. Nesse contexto, passa a ser tratada como um caso policial na esfera política (NETTO, 1992). A pobreza e a miséria são tratadas, nesse viés, como um problema na oferta e demanda de bens e serviços. Dessa forma, um contingente da população que não consegue vender sua força de trabalho é excluído do mercado, sem fonte de renda, não tem acesso ao mercado de bens e serviços (MONTAÑO, 2012).

A partir desse ponto, surgem teorias de intervenção do Estado com o intuito de regular essas forças do mercado, o Estado deve absorver e organizar parte do excedente distribuindo-o por meio de políticas sociais. Ao considerar a pobreza como um problema relacionado à distribuição, o viés da Questão Social é deslocado da contradição capital e trabalho dentro do domínio econômico e espaço produtivo, para a esfera política, ou seja, o Estado assume o papel de garantir a distribuição de renda por meio de políticas e serviços sociais. Contudo, tradicionalmente o Estado não é imparcial quando o assunto está ligado a políticas de domínio econômico e social, tendo como exemplo o contexto político brasileiro, em que existe uma classe política que historicamente sempre se mostrou favorável a políticas econômicas que trazem benefícios às elites, a classe empregadora.

Esse processo no Brasil, pode ser observado desde o contexto da abolição da escravatura, em que os fazendeiros foram indenizados por perderem sua mão de obra escrava, até a atualidade com a concessão de serviços pelo poder público, isenção de impostos a indústrias ou a doação de terrenos para a instalação fabril, com a justificativa de geração de emprego e renda, ou ainda a retirada de direitos da classe trabalhadora, estas duas últimas, são situações recorrentes no cenário contemporâneo e, em todas elas, é possível identificar o caráter parcial das políticas econômicas recorrentes em nosso país.

Para Yamamoto, a Questão Social foi extrapolada para a esfera pública, demandando intervenção direta do Estado devido ao rompimento do domínio privado nas relações capital e trabalho ocasionado pelas lutas sociais. O Estado passa a

atender essa demanda como conciliador, com políticas sociais que visam conter os ânimos, as manifestações de insatisfação da classe trabalhadora, como forma de apaziguar os reflexos do sistema capitalista e, ao mesmo tempo em que a classe empregadora demanda por políticas econômicas que favoreçam a manutenção do crescimento de sua estrutura, ou seja, a manutenção da acumulação do sistema capitalista.

Nesse contexto, a Questão Social assume outras vertentes além do viés sobre as condições de trabalho, passando a contemplar outros assuntos como educação, saúde, transporte, saneamento básico, habitação, segurança e cultura, por exemplo, além de abordar no contexto discursivo desigualdade social, de gênero, raça e étnicas e outros temas que afetam diretamente o bem estar social das populações menos favorecidas (TENÓRIO,2020).

Em modelos de sociedades precursoras à sociedade capitalista, onde a produção não é suficiente para a demanda de toda a população, ou seja, uma sociedade de escassez, a sociedade não cresceria produtivamente considerado a distribuição equitativa dos bens disponíveis, nesse modelo, a desigualdade de classes permitiria o acúmulo de bens, ou seja, o enriquecimento de alguns e o empobrecimento de outros e, o excedente em posse de alguns enriquecidos poderia ser utilizado para promover o aumento produtivo.

Por outro lado, no modelo de abundância, a produção é o bastante para suprir toda a demanda da população, como ocorre no modelo capitalista em sua fase dos monopólios, a pobreza nesse caso resulta do próprio desenvolvimento do mecanismo produtivo, onde a desigualdade é advinda de uma articulação de acumulação e empobrecimento, assim, no modo de produção capitalista, o pauperismo é resultado do acúmulo de capital proveniente da exploração capital e trabalho, em outras palavras, de acordo com Marx, quanto maior a prosperidade das forças produtivas, há aumento da acumulação ampliada de capital e aumento da pobreza. De acordo com essa linha de pensamento, pode-se afirmar que a pobreza não existe como uma mazela dentro do sistema capitalista, mas como parte dele e sua manutenção faz parte da manutenção do próprio sistema.

Considerando essa linha de raciocínio, as políticas sociais que visam combater a pobreza e a desigualdade social por meio de assistencialismo, não tratam a questão de fato quando não promovem transferência de renda e isso não ocorre de forma consensual e deliberada no modelo capitalista. A transferência de renda mencionada

não é referente a programas de auxílios em dinheiro, mas sim em aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora acompanhada de diminuição de grandes fortunas, mas esse mecanismo seria totalmente contrário ao fluxo normal do capitalismo. Uma outra vertente abordada por Montanõ, em alinhamento com teorias de Marx, sugere o desmonte da estrutura capitalista com o fim da propriedade privada, como sendo o mecanismo definitivo de erradicação da pobreza mediante distribuição equitativa de bens.

Em sua obra, *O capital* (1985), Marx critica profundamente o modelo de sociedade capitalista, e toda a construção ideológica que dissimulam a real dominação do trabalho ao capital, bem como a alienação e exploração da classe trabalhadora, com a intensificação da concentração de renda em detrimento aos que possuem somente sua força de trabalho. A base para compreender a questão social surge a partir da relação conflituosa, capital e trabalho (BULLA, 2003).

A economia brasileira até a década de 1930 não possuía um parque industrial considerável para existência de concentração do proletariado, contudo a questão social já existia de forma localizada. A Constituição Brasileira de 1891 expressa a concepção liberal do Estado, que se negava a interferir na relação de conflito patrão e funcionário e, ainda, era contrária a políticas sociais obrigatórias de distribuição de renda. O papel do Estado na economia era o de simples regulador das forças econômicas, sem fazer intervenções diretas nesse âmbito.

No Brasil, a questão social foi reconhecida a partir da década de 30, quando o país passou por um período de importantes mudanças no contexto econômico, com aumento do processo de industrialização, urbanização e aprofundamento das desigualdades sociais. Nesse Período, a questão social passou a ser vista pelo Estado como uma questão política que deveria ser encarada e resolvida pelo poder público e além disso, o Estado passou a atuar diretamente no cenário socioeconômico, visto que a exemplo dos acontecimentos na Europa e nos Estados Unidos, o governo brasileiro assumiu uma postura populista e de conciliação entre as classes (BULLA, 2003).

Com o crescimento do processo de industrialização brasileira, movimentos das classes operárias passaram a acontecer com maior frequência, acompanhado de críticas sobre a gestão política. Getúlio Vargas que estava no poder a época, passou a construir uma política de conciliações e compromissos entre os grupos dominantes, classe média e os trabalhadores e a Questão Social antes considerada uma questão

de polícia, passou a ser considerada como uma questão de Estado que carecia de soluções mais extensas.

A implementação de diversas políticas sociais pelo governo de Getúlio Vargas foi uma forma de enfrentamento das múltiplas vertentes da Questão Social, ao mesmo tempo em que o Estado conseguiu o apoio de parcela considerável dos trabalhadores, da classe média (formada em parte por trabalhadores qualificados e em parte por médios empreendedores) e pelas elites propriamente ditas, formadas pelos donos de capital. A conjuntura do período e as ações do governo promoveram popularização e aceitação desse modelo, influenciando diretamente no poder de controle do Estado sobre a sociedade. Foi nesse período que foram criados mecanismos de regulação e implementação de diversos direitos para a classe trabalhadora, a partir da criação do hoje extinto Ministério do Trabalho e Previdência Social.

A exemplo do período mencionado, é pertinente salientar mais uma vertente da sociedade capitalista defendida por Marx, em *o capital*, no qual ele afirma que o capitalismo não significa somente a exploração humana pelo capital, mas também a alienação política, socioeconômica, religiosa e filosófica. Levando o processo de controle das massas a um outro patamar, no que concerne ao grau de influência e domínio sobre a vida dos indivíduos socialmente subjugados.

A alienação desempenha papel significativo dentro do combate à Questão Social, pois a partir dela é possível mascarar os efeitos devastadores da concentração de renda no sistema socioeconômico vigente e, ainda, responsabilizar outros atores pela desigualdade social, o chamado subdesenvolvimento, hoje denominado de “em desenvolvimento” que significa insuficiente desenvolvimento social e econômico, o próprio indivíduo também é responsabilizado, mas nunca os verdadeiros atores responsáveis por esse processo acumulativo dentro do capitalismo, pois essa classe sempre se antecipa nos processos e decisões políticas de forma a influenciar e manipular a opinião pública.

Podemos citar como exemplo desse processo alienativo, a ideia de que crescimento econômico vêm acompanhado de distribuição de renda e, se a economia vai bem, todos crescem juntos, quando na verdade, o que é mais comum acontecer dentro dessa política capitalista é o crescimento econômico acelerado ser acompanhado do crescimento de grandes fortunas, acúmulo de capital e aumento da desigualdade social, conseqüentemente gerando aumento da pobreza relativa e absoluta.

As políticas sociais que surgiram e foram implementadas na Europa e nos Estados Unidos no final do século XIX, e a datar da década de 1930 no Brasil, são apontadas muitas vezes pelos teóricos, como uma gestão, ainda que permeada por conflitos, da força de trabalho para que ela possa se reproduzir nas melhores condições para o capital, ou seja, seria conveniente que tais políticas chegassem para o trabalhador como uma forma de demonstração de que o Estado estaria verdadeiramente comprometido com seu bem estar social e qualidade de vida e, dessa forma, a Questão Social estaria controlada.

É relevante considerar, portanto, que as políticas sociais implementadas nos países capitalistas mais avançados, não foram resultantes de uma ação espontânea e beneficente do Estado, mas sim o resultado de lutas, protestos muitas vezes violentos e demandas das classes menos favorecidas, e a interferência do Estado na relação patrão e trabalhador, historicamente sempre esteve associada à manutenção do sistema capitalista, visto que os interesses econômicos são frequentemente priorizados em detrimento aos interesses coletivos.

No Brasil, no período posterior a era Vargas, entre 1956 e 1961, a industrialização tornou-se mais densa, consolidando o capitalismo brasileiro, no qual a burguesia fortalece seu poder de dominação através do Estado e o modelo econômico é caracterizado pela inserção da economia brasileira à divisão internacional do trabalho, mesclando o avanço da indústria nacional junto à sua dependência pelo capital internacional (SANTOS, 2012).

No período imediatamente posterior a 1961, disputas político-ideológicas são acirradas e influenciadas pelo cenário internacional de bipolarização entre as ideias comunistas e capitalistas, associadas a essa tensão ideológica, soma-se a defesa do então presidente João Goulart às reformas de base, o conjunto dessas tensões levou a burguesia e as classes médias a apoiarem a execução do golpe militar em 1964, o qual permaneceu como regime político de 1964 a 1985.

Esse período é caracterizado pela criminalização e repressão de lutas e movimentos sociais, rigidez e aumento considerável da burocracia estatal, utilizada estrategicamente como mecanismo de controle e dominação de classes através do Estado, intensificação do poderio econômico de grupos monopólicos e financeiros ligados de maneira dependente ao capital internacional e além disso, houve um aprofundamento das desigualdades sociais e regionais brasileiras (SANTOS, 2012).

O controle da mídia com o monopólio dos meios de comunicação pelo Estado no período do Regime Militar brasileiro, favoreceu em grande parte a manutenção do regime ditatorial, concentrando as decisões políticas em aliados ao Regime e reprimindo fortemente opiniões contrárias, a repressão passou a ser legalizada e institucionalizada. A classe artística, em todas as suas esferas, a classe média e a burguesa que se opunham ao regime, eram enfrentadas como inimigas do Estado. Enquanto que a grande massa era controlada através dos meios de comunicação, com a imagem de um governo promissor e dados socioeconômicos que não correspondiam à realidade.

Alguns aspectos considerados peculiares ao capitalismo brasileiro incluem o caráter conservador em sua forma de modernização, a qual não rompeu, segundo Santos, com várias condições de atraso como a manutenção do latifúndio, oligarquias rurais que continuam a exercer seu poder político, perfil de país agroexportador e ainda, a permanência e manutenção dos setores burgueses e do Estado na condução de processos de mudanças de forma a não provocar alterações significativas na estrutura do modelo econômico, tampouco alteram o padrão acumulativo de capital e a lógica do poder político no país. Dessa forma, o espaço da política pública brasileira é utilizado para viabilizar interesses privados, esse fator tornou-se característico da política nacional.

As políticas sociais no contexto brasileiro são interpretadas por diversas vertentes, como mecanismo de manutenção da força de trabalho, ou como uma conquista social da classe trabalhadora, como um compromisso social ou doação da classe dominante, ou ainda, como instrumento que garanta manutenção da acumulação de riquezas pela elite junto ao apaziguamento de inquietações da classe proletária (PIANA, 2009).

A década de 1980 foi marcada pela luta por direitos sociais, civis e políticos frente aos governos ditatoriais do período militar. Com a Constituição de 1988, de forma inédita, a política social teve extensa abordagem e recepção em uma constituição brasileira. A Constituição Federal de 1988, denominada constituição cidadã, tem suas diretrizes pautadas em ideais de equidade e direitos sociais universais. Seu texto consolida conquistas e amplia direitos nas áreas de Educação, Saúde, Assistência, Maternidade, Previdência Social, Lazer, Infância, Trabalho e Segurança.

Foram definidos, no campo dos direitos dos trabalhadores, a associação sindical, o direito de greve, participação em colegiados em instituições públicas, entre outros (Artigos 6 a 11, do Capítulo II, do Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais). Posteriormente, várias leis e estatutos foram acrescentados de forma a implementar a constituição, como é o caso do estatuto da criança e do adolescente, por exemplo.

A política adotada pelo governo FHC (1994-2002) de influência ideológica voltada ao neoliberalismo, promoveu desmonte de um imenso parque de estatais brasileiras, diversas empresas públicas dos ramos energéticos e diversos outros, foram privatizadas. Sob a justificativa de renovação da política administrativa e que a administração privada seria mais eficiente para que essas empresas atendessem a população de forma mais adequada. Com o intuito também de enxugar a máquina pública, além de interesses inerentes do capital, o projeto foi realizado em meio a escândalos políticos e justificativas que não se sustentam diante de uma percepção mais crítica (DRAIBE, 2003).

Além das políticas econômicas neoliberais, com entrega de grande parte das corporações nacionais ao capital internacional, as políticas sociais na era FHC foram definidas e apresentadas ambiciosamente sob uma roupagem complexa, um denso programa que abordava as questões sociais mais latentes da sociedade da época, onde tratava promoção de igualdade de oportunidades e proteção das classes de maior vulnerabilidade socioeconômica, contudo sem abranger programas públicos sociais de impacto mais direto, limitando-se a questões de “bem estar social” e promoção social, em consonância a modelos político econômicos internacionais (DRAIBE, 2003).

Ainda, de acordo com Draibe, os planos de reformas na era FHC não foram de fato reformas no modelo social vigente, mas somente lhe alteraram a fisionomia, sem, contudo, promover uma alteração social significativa. Dentre os planos sociais, a área da saúde obteve considerável conquista com a implantação e consolidação do SUS, Sistema Único de Saúde. Contudo, com o incentivo à iniciativa privada e o simultâneo sucateamento de serviços públicos como saúde e educação, houve expansão do setor privado sobre essas áreas.

Nesse período a Questão Social passa por importantes mudanças com a consolidação das ideias neoliberais, junto à revolução tecnológica do final do século XX, com o advento da internet e o desenvolvimento de tecnologias. Com diminuição

drástica no número de trabalhadores na indústria devido à crescente automatização, houve grandes mudanças na forma de organização dos sindicatos, antes com movimentos e engajamentos numerosos, passando por adaptações ao novo modelo, agora, praticamente os movimentos grevistas brasileiros passaram a ser presentes somente na iniciativa pública, em empresas privadas, não há equidade na negociação patrão e empregado, ou aceita as condições ou não permanece no emprego. Dessa forma, o direito de greve não encontra espaço na iniciativa privada.

A era FHC encerrou com algumas conquistas, mudanças econômicas e pouca alteração no sistema social brasileiro, não houve reformas de fato, o plano real destaca-se como herança no cenário econômico, contudo as privatizações também marcaram a imagem daquele período. Com um plano de governo considerado ousado na teoria, em prática não consolidou mudanças de grande significância para a classe de base, além das conquistas de estabilização econômica.

Em 2002, entra no cenário político brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, com projeto de governo bastante esperado por muitos, o governo Lula trouxe diversas propostas de políticas sociais, com implementação de diversos programas de assistência social na saúde, educação de base e com destaque a educação de nível superior, com criação de diversas Universidades e Institutos Federais, aumento da oferta de cursos profissionalizantes e, no contexto social, foram implementados diversos programas de caráter paliativo a curto e médios prazos, como o bolsa família e a política de cotas.

A implantação de tamanha quantidade de projetos na área social não foi possível se não às custas de alianças políticas que posteriormente foram negativas para o próprio governo. De qualquer forma, houve de fato mudança significativa na vida de milhões de brasileiros da classe mais vulnerável, com criação de programas de combate à fome, como projetos envolvendo agricultura familiar, que conseguiram atingir a população mais vulnerável no meio rural, porém em termos de questão social e estrutura político econômica, não houve mudança significativa.

A elite continuou com sua riqueza crescendo significativamente, o monopólio de grupos regionais permaneceu e a cultura enraizada no brasileiro continua mais viva do que nunca, a normalização de divisão social em classes privilegiadas com poder decisório sobre a maioria da população, que continua sobrevivendo sem condições de manter consumo que atenda suas necessidades básicas, o enfraquecimento das lutas por melhores condições de trabalho da classe proletária, e o modelo de formação de

nível superior voltado para a especificidade técnica e quase nenhum pensamento crítico social, não foram transformados.

As bases de exploração e a cultura de conformismo com o sistema de divisão social brasileiro não foram alteradas de fato, o modelo praticado pelas políticas sociais petistas possuía vários pontos de saturação sinalizados por diversos estudiosos, e ao chegar tais pontos, como enfraquecimento de base aliada ou diminuição de aceitação popular, a oposição iria se encarregar de contra atacar fortemente e, o fez.

O modelo carecia adentrar em novas formas de promover alterações sociais no país, em especial tratando da relação capital e trabalho. O modelo baseado na política de gastos públicos carecia de cuidados frente às consequências de crises internacionais e à própria capacidade do orçamento público, que carecia de uma nova análise para manutenção e renovação das políticas adotadas.

Quando as relações entre capital e trabalho sofrem alterações, seja pelo atual cenário de globalização e informatização propiciado pelo desenvolvimento tecnológico, seja pela dinâmica sociocultural e sua interferência nas relações entre mercados, a questão social acompanha esse processo, pois sua essência e origem reside na problemática dessas relações.

1.2 Definição de Questão Social à Luz da Teoria Social Crítica

Do ponto de vista histórico, a Questão Social foi tratada a partir do olhar da classe dominante, de quem estava no poder e concebida como uma ameaça que a luta de classes representa à ordem social, visto que essa luta estava sendo protagonizada pelas classes menos favorecidas. Apesar de tratar intimamente das questões e relações de poder dentro da sociedade capitalista, o universo Marxiano não tratou a Questão Social com essa terminologia, em outras palavras, a expressão “Questão Social” era alheia ao universo marxiano.

Na perspectiva crítica, a produção no regime capitalista é tanto um processo de produção de condições materiais na vida do ser humano, quanto um processo desenvolvido dentro de relações sociais, históricas e econômicas de produção específica, envolve tanto uma visão ampla quanto uma visão específica dessas condições. O dinamismo desse processo é refletido nas relações sociais contraditórias, condições materiais de existência e expressões de suas formas sociais em um processo centralizado por antagonismos inerentes ao sistema (NETTO, 2001).

O trabalho, pelo olhar marxiano, consiste em uma maneira que o ser humano encontra de produzir meios para sua existência e obter consciência política, ou seja, consciência das relações com os outros membros da sociedade e, representa um sentimento de pertencimento à sociedade, se sentir útil e cidadão. Mas essa explanação apenas aborda o conceito natural e inicial de trabalho.

Com o desenvolvimento da sociedade, surgem novas demandas e necessidades, tornando o trabalho mais complexo e organizado. Dessa forma, o trabalho promove a valorização do capital à medida que produz mercadorias que atendam às novas demandas e necessidades humanas, por isso o trabalho é tido como uma atividade que dignifica o ser humano e o torna cidadão, porém, uma problemática inerente ao sistema capitalista refere-se à alienação do trabalho, quando este é praticado sem observar às necessidades humanas e, em casos ainda mais extremos, quando a mercadoria fruto do trabalho passa a ter importância maior que o próprio trabalhador que a produz, em outros termos, ocorre a desumanização do trabalho, onde a economia é voltada para o mercado por meio da acumulação de capital em detrimento às necessidades essenciais do ser humano como saúde e educação por exemplo (KANIAK & MANDALOZZO, 2013).

A relação capital e trabalho, ou empregador e trabalhador, é posta como justa por ser justificada com a igualdade das partes, ambos são “livres” e decidem como negociar o que dispõem. Contudo, o capitalista é detentor de todos os meios de produção e o trabalhador acaba não tendo opções de negociar, pois precisa do trabalho para obter valores e conseguir sobreviver, dessa forma o capital aparece como necessário ao trabalho. Não obstante, os interesses das classes dominantes são postos frequentemente no contexto social como interesses coletivos, corroborando para a exploração e alienação do trabalho.

A produção de bens materiais e o modelo econômico-social no qual essa produção é realizada estão relacionados de forma indissociável, pois o reflexo dessa relação atinge inevitavelmente a vida social de todos os envolvidos. Há uma dualidade intrínseca desse processo, por um lado temos uma transação feita por partes ditas “iguais” e “livres”, proprietários da força de trabalho e proprietários do meio de produção, que trocam entre si essas “mercadorias”, porém essa igualdade na prática reflete uma desigualdade de condições sem precedentes, pois a quantia paga ao trabalhador é somente o valor de sua força de trabalho e não de tudo que é produzido por ele.

Dessa forma, todo o processo de produção e comercialização de mercadorias é posto como realizado pelas próprias mercadorias e regulados por leis de mercado que independem da vontade de seus produtores. A partir dessa concepção, são atribuídas qualidades humanas às mercadorias, implicando uma mistificação. Os homens que as produziram tornam-se meros coadjuvantes utilizados para suporte, são como peças de uma máquina maior (TONET, 2012).

A articulação dessa igualdade formal aparente, mas que na prática é desigual e não aparente, é um mecanismo de reprodução da sociedade burguesa, pois como em teoria e em aparência, as transações entre capitalista e o trabalhador são feitas por partes teoricamente equivalentes, sendo assim, a desigualdade social não aparenta ser resultado intimamente relacionado ao ato do trabalho e é tida como resultante de ações do próprio indivíduo. Desse modo, a origem da desigualdade é ocultada e todas as esferas e divisões desse modelo são naturalizadas. Em síntese, a teoria social burguesa tem caráter essencialmente conservador no sentido de pensar todos os fenômenos sociais inseridos nessa ordem sem visualizar um meio de superação, seu criticismo era mais intenso quando utilizado para questionar a ordem social feudal (TONET, 2012).

Autonomizar os componentes materiais de riqueza enquanto propriedade das coisas, expressas nas relações sociais pode ser visto como a colocação do capital em uma condição de importância acima do indivíduo que vende sua força de trabalho, nessa ótica, o capital assume o protagonismo em nível de importância acima da própria existência dos indivíduos que atuam na produção nesse sistema.

Na economia política clássica os economistas limitavam sua análise na visão de valor de uso ou da forma técnica e material necessárias para a produção, sem compreender a natureza de valor de troca, ou seja, as relações sociais presentes na forma de geração da riqueza. Dessa forma, não percebiam o caráter específico do trabalho e da riqueza nesse modelo, pois eram apresentados como riqueza em geral, destituídos de historicidade.

Essa perspectiva é fundamental para uma análise das atuais condições nas relações de trabalho e capital, ou seja, da questão social contemporânea, pois existe um retorno a tais concepções à medida que são privilegiados atributos de bens materiais em detrimento das relações sociais que os qualificam. Dessa forma, a teoria social pode resgatar concepções da economia política clássica, contudo o viés crítico pode assumir diversas vertentes de análise.

Dentro das concepções de Marx, a abordagem sobre trabalho e questão social na sociedade capitalista requer a indissociável historicidade que acompanha essa relação, sendo justamente o ponto que a torna particular. A mercadoria, nesse contexto, assume papel predominante no caráter dos produtos e o trabalhador surge como uma figura simplificada de vendedor de mercadorias, nesse caso, vendendo sua força de trabalho. O capital e o trabalho, surgem nessa condição como personificações de capitalista e trabalhador assalariado, agentes protagonistas nesse sistema (NETO, 2001).

A *mais-valia*, foi o termo utilizado por Marx para definir a diferença entre o valor produzido pelo trabalhador com seu trabalho, os custos de produção e o salário do trabalhador, ou seja, é a interpretação marxista para o lucro dentro do modelo capitalista, é a base de exploração do sistema. Na prática, isso significa que a geração de riqueza para a classe empregadora está ancorada na exploração da mão-de-obra. Ainda de acordo com Marx, a tendência em ter reduzido ao mínimo o preço de custo é convertida em uma alavanca poderosa para intensificar a força produtiva. Temos então, a conversão do conjunto dos meios de produção sintetizada em algo material de caráter social específico e o trabalhador torna-se uma peça na engrenagem desse sistema.

De acordo com lamamoto, o processo de reprodução ou crescimento do capital, ocorre historicamente, de duas formas, pelo aumento da classe capitalista e de trabalhadores assalariados, nesse cenário a composição do capital mantém-se inalterada. A outra forma consiste em aumento do capital a partir do aumento da produtividade em decorrência da automação e substituição da mão de obra humana pela automatização, reduzindo o número de empregos e otimizando o processo produtivo como um todo, o trabalhador passa conseguir produzir mais em menor tempo devido aos avanços técnicos e tecnológicos dos meios de produção, isso permite o aumento da lucratividade e consequente acúmulo de capital gerando grande crescimento do capital e maior desigualdade social pela desvalorização do trabalho.

A escala produtiva, ainda de acordo com lamamoto, é ampliada pela centralização e acúmulo de capitais, produzindo um contingente populacional relativamente supérfluo e acessório às necessidades de seu aproveitamento pelo capital. Com a acumulação produzida a partir do trabalho excedente da classe trabalhadora, são produzidos também os meios para o excesso relativo dessa população. Não obstante, soma-se a isso, o interesse dos donos de capitais em

conseguir extrair o máximo possível com uma população menor de trabalhadores, através da ampliação da jornada de trabalho e uma intensificação do serviço, sendo visto por eles como uma otimização do processo produtivo, uma vez que o objetivo torna-se produzir mais gastando menos.

A configuração desse mecanismo capitalista é expressada no fato de que uma parcela da população trabalhadora sempre cresce mais do que a demanda por seu emprego pelo capital. Têm-se nesse modelo um aumento da miséria relativa e absoluta, grande número de desempregados, soma-se ainda questões relativas a subempregos, trabalhadores informais, e ainda os segmentos já excluídos do mercado de trabalho como idosos, vítimas de acidentes, doentes, entre outros.

O indivíduo só pode realizar sua capacidade de trabalho se encontrar lugar nesse mercado e quando demandado pelo empregador, ou seja, a obtenção de seu meio de vida depende de um conjunto de fatores sociais que passam por mercadorias nas quais o controle é totalmente alheio aos indivíduos que as produzem. A pobreza dessa forma, não é compreendida somente como consequência da má distribuição de renda, mas também da distribuição dos meios de produção e das relações entre as classes.

A pobreza pela ótica capitalista, não está ligada apenas a manutenção da população desempregada e privada de participar economicamente do meio econômico, mas também refere-se em grande parte, à desvalorização do trabalho, ao grande contingente de membros da classe trabalhadora que dispõe de condições mínimas de sobrevivência e, além disso, não ter acesso ou ter acesso insuficiente e sem qualidade, a serviços públicos de educação, saúde e saneamento básico.

A fase atual do capitalismo é marcada pela ascensão de empresas divididas em unidades autônomas, cuja organização em projetos possui forte diminuição dos níveis hierárquicos. O reflexo dessa nova fase para o trabalhador em todos os níveis recai na valorização a partir de sua capacidade de adaptação, flexibilidade e gestão de sua própria empregabilidade através do comprometimento em projetos geralmente momentâneos (ROSENFELD, 2011).

O novo perfil de profissional no trabalho contemporâneo, em particular aqueles com grau de instrução elevado, requer o envolvimento pessoal no projeto, bom relacionamento interpessoal, além de ser móvel e polivalente. Você é seu próprio empreendedor, contudo esse processo de empreendedorismo de si mesmo, para Rosenfield, caracteriza-se como justificação e gestão de precarização, ou seja, um

processo de institucionalização da instabilidade. Dessa forma, a classe trabalhadora qualificada também participa do processo de precarização do trabalho.

A situação de precarização do trabalho para as classes de trabalhadores de base é ainda mais dramática, enquanto que a classe trabalhadora que possui condições razoáveis de sobrevivência por vezes não enxerga as relações por trás da precarização trabalhista, a classe trabalhadora de base sente seu poder de compra e capacidade de consumir produtos de subsistência básicos, seriamente comprometidos, refém do sistema que preconiza igualdade de negociação entre as partes, funcionário e patrão, mas que na prática o proletariado não possui poder de decisão a não ser se submeter às condições estabelecidas pelo empregador.

A alienação no mundo do trabalho pode atingir um nível tal, a ponto de praticamente toda a exploração do capitalista ser convertida em atitude de responsabilidade social e benevolência, à medida que este “gera” empregos, mesmo pagando baixos salários e explorando ao máximo a força de trabalho do proletariado, existe àqueles que serão agradecidos pela oportunidade, acreditando que o capitalista está comprometido em gerar emprego e distribuir renda.

De acordo com Yamamoto, a Questão Social na segunda metade do século XX, passa a ter conotação semelhante àquela que remonta seu contexto original, criminalização dos movimentos das classes trabalhadoras em associação à responsabilização dos indivíduos por suas dificuldades, isentando dessa forma, a sociedade de classes de sua real responsabilidade no sistema que origina as desigualdades sociais. Surge nesse período nomenclaturas como “capitalismo tardio”, “o breve século XX”, “fase de expansão produtivo-comercial” entre outros.

Para essa nova fase de acumulação capitalista, o Estado incumbe-se de funções substanciais e de inibição e institucionalização de embates sociais da classe trabalhadora. A questão social é vista como consequência do estágio de “subdesenvolvimento” social e econômico e não mais como originária de comportamentos do indivíduo, segundo Montanõ, pobreza e miséria, passam a ser considerados como resultado de um desalinhamento na oferta e demanda de bens e serviços, ou seja, uma questão de distribuição do mercado.

Para Keynes, isso demanda do Estado o papel de atender algumas necessidades da população de maior vulnerabilidade econômica e gerar condições para produção e consumo por meio de retenção do desemprego, políticas de seguridade social e políticas sociais, essas duas últimas enquadradas em projetos de

transferência de renda. Dessa forma, o Estado passaria a organizar e redistribuir o excedente por meio de políticas sociais.

As crises no sistema capitalista moderno assumem modelo descrito por Marx, consistindo em uma sequência cíclica de estabilidade, crescimento, período próspero seguido por uma superprodução de mercadorias, craque e estagnação, e retorna o ciclo para a estabilidade, continuando a sequência indefinidamente.

Essas crises cíclicas podem assumir duas características distintas, de superprodução ou de superacumulação. Na primeira, há uma relação de desequilíbrio devido à maior capacidade produtiva da indústria e menor capacidade de consumo da população em adquirir as mercadorias de forma que garantam o lucro previsto. Na segunda, a crise de superacumulação, o excesso de capital é tamanho que o seu total investimento não irá garantir a taxa de lucro desejada (MONTANÕ, 2002).

No contexto da crise capitalista recente, o neoliberalismo toma forma e teóricos como Harvey, prevê a manutenção de que um mínimo estatal deve ser destinado à área social. Devolvendo à filantropia a responsabilidade por questões sociais, retornando ao pensamento clássico de responsabilização do próprio indivíduo, apoiando-se em conceitos de meritocracia. A pobreza continua sendo um problema visto sob o aspecto de distribuição, assim como na perspectiva keynesiana. Mas ao contrário das ações distributivas como estímulo ao consumo, incumbidas ao Estado na visão keynesiana, aqui o Estado deve estimular o capitalista a investir, para assim conseguir preservar o lucro, diante das flutuações do mercado (MONTANÕ, 2002).

CAPÍTULO II - A QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

O conhecimento base da área profissional do serviço social parte do pressuposto de que é explicado a partir do movimento histórico da sociedade, sendo esta, o produto das relações sociais. A Questão Social é em sentido específico, solo de grande importância para estudo da relação social do trabalho no capitalismo e, em sentido abrangente, muito mais que tal relação, pois atualmente permeia também questões de igualdade de gênero, raça, religião e diversos outros elos sociais contemporâneos que fazem parte do amplo contexto das relações na sociedade atual e são objeto de estudo e intervenção da assistência social.

2.1 Surgimento e Desenvolvimento do Serviço Social como Profissão

A área de conhecimento do serviço social abrange a problemática da vida social no contexto de desenvolvimento integral do homem, enquanto ser social, através de uma visão crítica acerca de seu cotidiano, sob a ótica histórica, social, econômica e cultural. Já a profissão do Serviço Social é historicamente constituída como um aspecto de especialização do trabalho, através de um conjunto de práticas relacionadas ao enfrentamento da Questão Social (FURLAN, 2006). Em outras palavras, é uma forma de mediar antagonismos para atender a Questão Social, sendo um trabalho especializado na sociedade a partir da introdução de políticas sociais na nova configuração social do trabalho.

A atuação do assistente social é intrínseca ao enfrentamento das múltiplas expressões da “questão social” no que concerne às relações entre classes e, destas com o Estado, sendo a política social, mediadora fundamental para o exercício profissional voltado para sua concepção, gestão e avaliação (IAMAMOTO, 2014) e, não se afirma como uma área de saber fundamental para a sociedade no que se refere às ciências no contexto da divisão do trabalho, mas sim um estudo que elucidada a vida social e traz mecanismos para ação e intervenção no processo social (IAMAMOTO, 2011).

As definições de lamamoto, trazem um ponto de vista prático e realista sobre a atuação do assistente social na realidade brasileira, a medida que o menciona como uma área considerada pela sociedade não essencial, e sim elucidativa e

intervencionista no contexto social, explica-se o quadro de percepção e valorização da área no contexto contemporâneo. Como não é uma área voltada para a intervenção capitalista no sentido de gerar lucro mas sim elucidação, não é interessante para o dono de capital que essa elucidação seja feita de forma a tornar o trabalhador mais consciente do sistema, sendo mais vantajoso para a classe mencionada, limitar a abrangência na atuação e até mesmo interferir na valorização profissional no que concerne sua visão no contexto social, para que desta forma seja mantido o modelo sem profundas alterações no mecanismo de acumulação.

Nesse contexto, a profissão do assistente social ao promover a elucidação de direitos, não é vista como interessante por parte de quem terá custos com tais direitos, logo é de interesse do capitalista que a atuação deste profissional e até mesmo a visão que a sociedade tem como um todo sobre esta área, seja limitada. A contradição nessa perspectiva se dá pelo fato do assistente social ser agente inserido no contexto de trabalhador e ser remunerado pelo Estado ou pelo capitalista.

No Brasil, a primeira escola de Serviço Social foi aberta em 1936, em São Paulo, nesse primeiro momento, a atuação dos assistentes sociais estava vinculada principalmente a instituições pertencentes a igreja católica, contudo posteriormente, esses profissionais logo foram absorvidos por instituições do Governo para enfrentamento da Questão Social. Sendo as áreas de saúde e jurídica as mais beneficiadas, mas também houve demanda desses profissionais para as áreas de Educação, Habitação e Assistência (SPOSATI, 1986).

A relação da igreja católica com o serviço social imprimiu à profissão caráter de apostolado cuja base fundamental estava voltada para a “questão social” como um problema ligado à moral e à religião e, sua intervenção tinha como prioridades a formação da família e dos indivíduos para sua integração às normas sociais vigentes. Ideias e conteúdos da doutrina católica junto às matrizes teórico metodológicas sobre o conhecimento social na sociedade burguesa, constituem o ponto inicial de partida do processo de incorporação pela profissão no Brasil.

Com as profundas alterações no contexto do trabalho na sociedade brasileira, devido ao processo de industrialização, junto ao crescimento econômico acompanhado de aumento da desigualdade social e empobrecimento da parcela menos favorecida da população e com a acumulação e expansão capitalista, novas formas de controle político-social foram incorporadas, como a implementação de um conjunto de medidas de políticas sociais sem a colaboração da classe trabalhadora,

na tentativa de compensar a repressão e contenção de salários. Nesse cenário, houve aumento de demanda para profissionais da assistência social, para trabalhar como agente executor de políticas sociais (BULLA, 2003).

A transição do capitalismo concorrencial para a fase monopolista foi um processo que influenciou a atuação do profissional da área, pois em concordância com o pensamento de Neto (2009), é nessa fase que o Estado sobrepõe a função política junto à função econômica. A política surge para a classe burguesa como elemento utilitário e estratégico, por ser possível através dela viabilizar a legitimidade do Estado burguês frente ao controle dos conflitos de classe.

Dessa forma, o Estado torna-se agente executor de medidas econômicas com finalidade em garantir os interesses burgueses de forma velada e, simultaneamente, apresenta tais medidas como necessárias para o bem comum e além disso, promove políticas econômicas paliativas no intuito de controlar descontentamentos da classe trabalhadora que possam gerar prejuízo ao capital.

A atuação da igreja católica configurou-se como um outro processo de notável destaque para a fase inicial da profissão, destacando-se a busca pelo restabelecimento de sua hegemonia ideológica, onde há uma aproximação com o Estado, cujo movimento inicial foi pautado sob uma perspectiva moralizadora, na qual presume-se que a sociedade é considerada harmoniosa e o indivíduo não enquadrado nessa perspectiva é visto como “desviante”. Desse modo, a profissão surge com objetivos de “controlar” a Questão Social e o movimento da classe operária, em outras palavras, com caráter doutrinador e não técnico ou científico.

No período compreendido entre 1940 e 1960, apesar do notável crescimento industrial Brasileiro, também nota-se a dependência pelo capital internacional, entendida como necessária ao desenvolvimento do país, contudo o que é possível observar de fato é a exploração de mão de obra barata e facilidades fiscais na instalação de grandes grupos empresariais e industriais estrangeiros no Brasil, além das vantagens e exploração de recursos naturais, tal situação resiste até os dias atuais.

Nas décadas seguintes, o amadurecimento profissional, com o surgimento do “Movimento de Reconceituação” ou a “Reconceituação” que consistiu em uma espécie de revisão do Serviço Social, tratando de questões conhecidas sob uma ótica crítica, trazendo a preocupação com a forma de estrutura excludente do capitalismo para os profissionais da área. O movimento trouxe também questionamentos sobre a

dependência da economia nacional pelo capital estrangeiro e a dominação burguesa. Tal movimento esteve vinculado em uma conjuntura de crise internacional do capitalismo monopolista (ORTIZ, 2010). Esse cenário foi propício ao desenvolvimento de análises técnicas e abordagens científicas de estudos para a área, ampliando assim os horizontes e transformando os rumos para a profissão.

As mudanças sociais pós golpe militar de 64 promoveram também profundas alterações no serviço social, visto que os profissionais deparam-se com novas demandas e a profissão passa a ter caráter técnico e científico, sem contudo alterar a essência de atender políticas sociais que tratam das demandas coletivas do trabalhador de base e das elites. Dessa forma, há um redimensionamento nos espaços de atuação profissional da área, seja no Estado, nas empresas multinacionais e em entidades filantrópicas privadas (CARDOSO, 2013). O serviço social passa a tratar de pontos polêmicos, de heterogeneidades dentro das propostas intervencionistas, consistindo em um processo de renovação, como é tratado por diversos autores.

A atual discussão teórica sobre a formação profissional do Assistente Social tem como marco histórico o amplo processo de debates acerca da revisão das diretrizes curriculares para a formação do profissional compreendido desde as bases curriculares de 1982, ao atual projeto de formação profissional, datado de 1996 (ABEPSS,1996), tal processo, de acordo com Neto, é um debate originado do viés crítico do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, onde nas décadas de 1980 e 1990 há um aprofundamento da influência da teoria social Marxista para a área.

No atual quadro do Serviço Social brasileiro, é reafirmado o aspecto divergente das demandas sociais que surgem à profissão, os interesses do capital em antagonismo com os direitos, valores e princípios da classe trabalhadora em concomitância às particularidades regionais brasileiras (IAMAMOTO, 2014). Dessa maneira, a atuação profissional fica condicionada, em muitos casos, a questões políticas de interesses de grupos privados, como por exemplo, oligarquias ou de elites regionais, grupos empresariais com interesses escusos ou até mesmo de políticos. Esse cenário representa um desafio para o profissional que deseja atuar criticamente e que deseje trazer o aspecto científico elucidativo para a profissão.

Em sua pesquisa, Closs (2015), observou e analisou quatro vertentes sobre os fundamentos do serviço social, aos quais denominou “fios analíticos”. O primeiro

aborda a centralidade histórica para a área, consistindo em uma indissociável relação história-teoria-método, refletida em seu processo de constituição e desenvolvimento. É possível analisar essa vertente como pilar clarificador acerca do atual estágio de desenvolvimento e importância da profissão e, prever as possibilidades de novos caminhos na área para as próximas décadas.

O segundo fundamento trata-se do debate da política social e sua interseção com a assistência social, contudo é questionado se de fato, as políticas sociais podem ser tema constitutivo de base da profissão, visto que não são incorporadas como elementos centrais de formação profissional para a área, não sendo objeto profissional, tampouco, base histórica e social por não compreender elemento indispensável para especialização do trabalho, contudo é válido considerá-las por serem uma mediação de fundamental importância às complexas expressões da Questão Social no capitalismo, logo, é importante considerar a influência dessas políticas na profissão.

O terceiro fundamento considerado por Closs, é a Questão Social e suas múltiplas expressões como objeto que fundamenta a existência dessa profissão, mas não de forma isolada e sim em um intrincado complexo de premissas e contextos sociais, históricos, econômicos e culturais. O quarto fundamento analisado por Closs foi o debate sobre o significado da profissão na divisão social e técnica do trabalho, a partir da tese trabalhada por Yamamoto sobre o significado de especialização do trabalho coletivo cujo enfoque é o caráter antagônico das relações entre classes sociais.

Todos esses pontos constituem um complexo e abrangente campo para delimitar as bases fundamentais de atuação, definição, a própria existência da área e sua formação acadêmica profissional. Quando se trata sobre o contexto da sociedade brasileira, peculiaridades na estrutura política e traços marcantes na cultura de percepção e consciência de classe (ou a falta desta) são aspectos que se tornam relevantes na profissão, visto que o aspecto da alienação política e do trabalho são pontos importantes. Esses fatos não excluem os aspectos sociais em comum do Brasil com os demais países latino-americanos e entre tais países.

O movimento de “reconceituação”, já mencionado anteriormente, caracterizado como crítica radical ao sistema e as formas tradicionalmente utilizadas de intervenção, teve sua origem a partir da aproximação entre assistentes sociais latino-americanos e a percepção da existência de problemas comuns, propondo novos enfoques teóricos

e metodológicos. Além disso, questionava a responsabilidade do Assistente Social no processo de superação do chamado "subdesenvolvimento" das nações latino-americanas.

De acordo com Bulla (2013), as principais propostas expressas por esse movimento foram: Adequar o Serviço Social a problemas específicos dos países latino-americanos, visto que o modelo teórico importado de outras realidades não produziam o mesmo impacto na realidade da região; definir um referencial teórico para a prática latino-americana, procurando uma metodologia adequada às exigências de tal realidade, buscando integrar teoria e prática e produzir literatura que reflita essa realidade, partindo de referencial teórico marxista.

Os novos rumos trilhados a partir do movimento de "reconceituação" compõem significativa mudança nas bases ideológicas, acadêmicas e práticas do Serviço Social brasileiro, trazendo uma atuação mais voltada para a realidade do país, assim como dos demais países da América Latina. Contudo, tal movimento esbarra em um cenário ditatorial burguês nessas nações, com políticas de modernização e conservadorismo concomitantes, nesse período, inclui-se a ditadura militar brasileira.

A partir da segunda metade da década de 1970, movimentos populares se massificam, como o estudantil e o operário, mostrando sinais de que o modelo ditatorial estava a caminho da superação. Em sua versão crítica, o Serviço Social aproxima-se de movimentos contrários ao sistema da ditadura, razão pela qual a profissão adere ao aspecto teórico-metodológico marxista, colocando-se favorável a ideias emancipatórias da sociedade.

O Serviço Social passa por um caminho que o conduziu ao atual cenário da profissão de fato durante a década de 1980, com amadurecimento intelectual e consolidação acadêmica, com dilemas de situação contraditória de apresentar-se como trabalhador liberal em condição de assalariado, além da remediação de demandas de trabalhadores com quem os remunera (empresas / Estado).

2.2 A Questão Social e sua Interlocução com o Serviço Social

De acordo com Yamamoto (2014), a base curricular de formação acadêmica do Serviço Social está ancorada em três núcleos: fundamentação teórica-metodológica e ética-política da vida social; fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e a importância do Serviço Social nesse contexto e por fim a

fundamentação do trabalho profissional, que contempla a área enquanto especialização do trabalho, trazendo todo o contexto histórico, teórico e metodológico, além da técnica e a sua composição ética que abrange o exercício da profissão, o planejamento, pesquisa e administração em Serviço Social e, por fim, o estágio supervisionado.

A Questão Social é reafirmada nas diretrizes curriculares como sendo base fundamental do contexto sócio-histórico da profissão, enfatizando as ações das classes trabalhadoras e as respostas do Estado e do empresariado, no processo que constitui, afirma e amplia os direitos sociais (Abess/Cedepss, 1997a e 1997b). Sendo a atuação profissional permeada por essa realidade definida no âmbito da Questão Social.

A centralidade da Questão Social na formação do assistente social, é evidenciada à medida que mostra concretude histórica à profissão, promovendo unidade para estruturação curricular de formação do profissional e, aglutinando elementos analíticos desenvolvidos no debate do princípio da profissão e em sua particular inserção na sociabilidade burguesa e na divisão sócio técnica do trabalho (CLOSS, 2015). Em outras palavras, a Questão Social pode ser considerada o marco inicial da existência do Serviço Social desde contexto histórico, até o contexto prático do exercício profissional.

A contradição capital e trabalho, definida pela Questão Social, não é percebida e analisada por todos, de fato, pelo contrário, tal contradição é muitas vezes mascarada pelo capitalismo, por mais que as diferenças entre trabalhadores e donos de capital sejam gritantes e evidentes, tais diferenças não são atribuídas ao modelo de exploração daqueles que vendem sua força de trabalho. A intersecção da atuação do Assistente Social nas relações definidas dentro da Questão Social, analisa tais desigualdades com a intenção de diminuir e superá-las através do acesso a direitos e condições de vida, através da compreensão das causas dessas desigualdades, seus reflexos na sociedade e na subjetividade do indivíduo.

Diferentemente das nações pioneiras no tratamento da Questão Social, no Brasil, assim como nas nações antes denominadas "subdesenvolvidas" ou em desenvolvimento, as expressões da Questão Social encontram-se ampliadas em seu lado mais dramático, com extrema pobreza, desigualdades gritantes e exploração desmedida do trabalhador. Segundo Iamamoto (2012, p. 147):

O retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens (...) cresceu a disparidade entre o rendimento de 40% das famílias mais pobres e o rendimento das 10% famílias mais ricas.

O cenário descrito por Lamamoto é resultado da aplicação de políticas recomendadas por organismos financeiros internacionais que, ao impor condições de ajustes na estrutura econômica, submetem a política social às regras do capitalismo. A aplicação de tais políticas condicionadas agrava ainda mais o cenário de desigualdade em países periféricos, onde os desfechos da acumulação de renda e das desigualdades são mais acentuados. Nas primeiras décadas do século XXI a desigualdade entre ricos e pobres está atingindo níveis recordes no globo, representando um caminho desafiador para a prática profissional do Assistente Social.

A profissão do Serviço Social intermedia conflitos com intuito em atender várias expressões da Questão Social, o Estado surge neste contexto, como o agente desta intervenção, trazendo políticas que permitem manter o controle sobre os agravos sociais, sem contudo, promover alteração nas bases estruturais do capitalismo, dessa forma não desagrada ao capital e cumpre o objetivo de manter a classe trabalhadora sob controle para atender aos interesses do sistema. Nesse meio de contradição, o profissional do serviço social tem sua atuação em teoria, para atender os interesses da sociedade associada à prática que não deve fugir aos interesses do Estado e do capital, intermediando essa dualidade divergente.

Devido, em grande parte, às suas origens vinculadas ao paternalismo e assistencialismo político religioso, criou-se uma imagem estereotipada dessa profissão e, além disso, outro obstáculo ao prestígio profissional foi a dificuldade em delimitar suas competências distintivas frente a outras categorias profissionais. Segundo Bulla (2003), além das dificuldades citadas, divergências consensuais dentro da própria profissão também interferiam sobre a compreensão da área pela própria população assistida.

Com a percepção dessas dificuldades por profissionais da assistência social de diferentes países latino-americanos, relacionamentos mais estreitos permitiram a criação do movimento de "Reconceitualização". Com o decorrer do tempo, profissionais, acadêmicos e estagiários da área, embasados por pensamentos desse movimento,

passaram a questionar de forma negacionista as práticas institucionais, dessa forma, colocavam-se em posições de confronto às próprias instituições.

O período de superação de regimes políticos ditatoriais na América Latina teve participação ativa de profissionais da assistência social, que simultaneamente estavam passando por transformações significativas no contexto profissional. Em particular, no Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, importantes mudanças na sociedade brasileira tiveram curso, conseqüentemente afetando também o Serviço Social, visto que o texto constitucional de 1988 trouxe a universalização de direitos sociais, participação popular e descentralização político-administrativa, têm-se uma importante base de alteração para o atual cenário da profissão no país.

A expansão do ensino superior no Brasil através do aumento do número de vagas e de instituições que ofertam o curso concomitante ao aumento do número de matrículas aumentou a oferta desses profissionais no mercado de trabalho, trazendo consigo conseqüências do livre mercado no que se refere a oferta e demanda, resultando em depreciação de salários e desemprego. Soma-se a esse quadro, situações de disputas com outras classes profissionais, tal situação considerando o conjunto de fatores, de acordo com Bulla (2003), acarretou em questionamentos sobre a área enquanto profissão, disciplina e prática educativa que foram levados aos encontros regionais e nacionais promovidos pela Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS.

A dinâmica econômica e social no mundo ocorre de forma contínua, nos anos 1990 com as novas configurações internacionais, com a globalização econômica, o neoliberalismo, novos modelos de mecanismos produtivos, desemprego, aprofundamento e aumento das desigualdades sociais, a exclusão e marginalização social, a profissão trouxe para discussão na realidade brasileira tais quadros, dessa forma, novas alterações e abordagens da área entram em foco para debate.

A pobreza não é restrita ao baixo poder aquisitivo, ela é portadora de um caráter multidimensional, engloba plano político, de direitos, oportunidades, emocional e até mesmo o plano de perspectivas para uma vida melhor. Para Furlan (2006), a pobreza envolve também a falta de protagonismo provocada pela subalternidade causada pela exploração das classes menos favorecidas, dominação, ausência de poder que se reflete em desigualdades de diversas naturezas, como de gênero, etnias, nacionalidade, entre outras. Essas conexões criam e recriam as desigualdades nas

esferas política, social, econômica e cultural e atribuem um lugar para os menos favorecidos na sociedade.

Para a Assistência Social, tratar tais questões e estar inserida no sistema como profissão remunerada pelo Estado ou pela iniciativa privada, caracteriza o grande aspecto antagônico da profissão e constitui uma tarefa desafiadora no exercício profissional. Para Furlan (2006), há o risco real de regredir para o momento anterior onde o paternalismo e o assistencialismo eram caráter das ações nessa profissão, transformando em favor o que é direito.

O risco de regredir ao estado semelhante ao passado na atuação profissional está associado ao sucateamento contínuo dos serviços e equipamentos públicos, crescente desqualificação das políticas sociais que incluem a perda de direitos trabalhistas e sociais. As ações filantrópicas, que atualmente estão recebendo responsabilidades antes atribuídas ao Estado, não produzem direitos, visto que estão associadas a ações morais de ajuda a necessitados.

Os debates no serviço social sobre o atual estágio da Questão Social trazem além da afirmação clássica de uma massa periférica precária, um processo de “desestabilização dos estáveis”, com as crescentes transformações no mundo econômico e do trabalho, associada às novas tecnologias, há um movimento notório de desvalorização do trabalho nas mais diversas categorias, não somente na área profissional em questão, mas em todas as esferas do mundo laboral, nos mais diversos cenários e com intensidades diferentes. Tal movimento de precarização do trabalho está cada vez mais presente no cotidiano.

As discussões sobre o neoliberalismo no Brasil estão dentro deste contexto, ao passo que essa ideologia traz questões sociais e políticas com graus de complexidade elevados, visto que o sistema de relações sociais e de trabalho brasileiro é caracterizado pelo autoritarismo, precariedade e exclusão. Diante do contexto histórico, ao observarmos as experiências de tentativas de implementação de um modelo neoliberal no Brasil, na prática houve um ataque ao modelo de legislação de proteção dos direitos trabalhistas, sob justificativas de ser burocrático, engessado, ultrapassado e rígido demais.

O sistema de regulação das leis trabalhistas sofreu alterações chamadas de “flexibilizações” sob o argumento de que mais empregos seriam gerados. Na prática, o que ocorre é uma maior e desvantajosa autonomia do empregador para não arcar com obrigações trabalhistas e aumentar seus lucros com isso e, a promessa de

geração de mais empregos não é mais que um meio de justificar as novas regras para torná-las aceitáveis, sendo que na prática o capitalista não contrata mais trabalhadores com diminuição de encargos trabalhistas.

O contexto de mudanças das leis trabalhistas descritas anteriormente, repete-se no cenário brasileiro atual com a adoção de políticas econômicas em parte, bastante semelhantes ao modelo neoliberalista antes adotado na era FHC, contudo, dessa vez a situação sofre agravos com a situação da pandemia causada pelo coronavírus, vírus que causa a COVID-19, com o posicionamento inicial de negação e inércia do governo Federal em tomar medidas preventivas e de combate ao vírus, priorizando o contexto econômico, associado às novas “flexibilizações” nas leis trabalhistas, escândalos políticos, situação dramática e crítica do meio ambiente com queimadas que atingiram níveis recordes, benefícios fiscais a empresários e bancos e diversas outras questões, colocam o atual governo Brasileiro em um patamar de difícil compreensão e defesa.

O governo de Jair Bolsonaro é habituado a estar ligado a situações intrigantes, que geram críticas e inconformismos, por parte da população, ao passo que consegue obter adeptos defensores a todo custo de suas ações, por mais absurdas que possam ser. No contexto social trabalhista, o fim do Ministério do Trabalho, anunciado pelo governo Bolsonaro nas primeiras horas de governo, em Janeiro de 2019, representou um forte golpe para a classe trabalhadora, colocando o Brasil em uma posição de fragilidade no que concerne à tendência global de precarização do trabalho.

A extinção do Ministério do Trabalho, acompanhada de outras medidas econômicas do Governo, como a MP da Liberdade Econômica, pode representar um ataque direto aos direitos dos trabalhadores e a longo prazo, acarreta uma série de questões sociais com a desvalorização do trabalho e o maior protagonismo da classe empresarial. Não obstante, o aspecto negacionista do Governo em relação à Ciência representa um risco às instituições de pesquisa e órgãos estatais de fomento ao ensino e pesquisa.

O Brasil, sem dúvidas, encontra-se em situação extremamente frágil em relação à proteção do meio ambiente, as queimadas recordes no Pantanal e na Amazônia, somado à inércia do Governo Federal para combater de fato os incêndios, representam um sério risco aos Biomas que restam. Situação ainda mais agravada diante das declarações do presidente, em afirmar que os nativos são responsáveis por tais eventos.

Essas são apenas algumas das diversas situações polêmicas que cercam o atual momento político brasileiro, cenário singular que traz alterações significativas em todos os aspectos sociais possíveis, desde a adoção de políticas que fragilizam os direitos dos trabalhadores, até os posicionamentos polêmicos do Governo em relação a questões de gênero, étnicas e até mesmo o posicionamento aberto em favor a Ditadura.

Os novos desafios sociais que se apresentaram à profissão trouxeram novos ângulos e situações que geram e intensificam velhos problemas, com diferencial de agravamento de questões sociais, dessa forma, a profissão teve que se readaptar às novas causas que intensificam as contradições sociais originadas pelo modelo capitalista. Desta forma, responder demandas do trabalho ao mesmo tempo ser contratado pelo Estado ou por organizações privadas, é estar a todo momento em uma situação desafiadora, visto que a base da profissão se atrela à contradição capital-trabalho.

CAPÍTULO III - DISCUSSÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE QUESTÃO SOCIAL, POBREZA E SERVIÇO SOCIAL

A conceitualização de pobreza, para o serviço social, ainda não possui uma definição muito precisa, devido sua característica de fenômeno multidimensional, contudo, no presente texto esse fenômeno é tratado como uma das múltiplas expressões da Questão Social e, objetivando a superação de conceitos reducionistas, será tratado sob a ótica de diversas vertentes como a natureza do conceito, seu conteúdo particular, objetos de análise e campo epistemológico.

3.1 Análise Crítica Acerca de Pobreza e Questão Social

O campo de estudo sobre a pobreza possui diversas controvérsias originadas a partir de amplas diferenças nas metodologias aplicadas nesses estudos, contudo, independentemente do enfoque dado, há necessidade de definição de limites sobre o enfoque abordado, limite de campo e de objeto. Uma das definições mais amplamente difundidas sobre pobreza é a vulnerabilidade socioeconômica, compreendida como uma limitação financeira que coloca o indivíduo em diferentes níveis de condições em ter acesso a serviços e produtos.

Pobreza relativa e absoluta são denominações que se referem à natureza do conceito, pobreza absoluta é definida como a ausência de moradia e condições de alimentação precárias. Pessoas em situação de rua, por exemplo, estão em condição de pobreza absoluta ou de extrema pobreza. No atual quadro de manutenção da exploração capitalista, a pobreza extrema tem se tornado tema recorrente nas abordagens sobre desigualdades sociais e conseqüentemente, merece destaque nos estudos sobre a questão social contemporânea. A denominação de subdesenvolvimento, atribuída às nações periféricas, considerava a pobreza extrema como um forte fator para colocar um país nesse grupo, além de diversos outros motivos, como indicadores socioeconômicos.

A pobreza relativa refere-se à condição de pessoas em situação financeira vulnerável, apesar de possuir moradia e uma fonte de renda, essas pessoas não possuem recursos suficientes para suprir necessidades básicas dignamente. A classe trabalhadora de base é um grupo suscetível a esse tipo de condição à medida que há uma exploração do trabalho e a precarização das condições laborais, fragilização da

legislação trabalhista e perda do poder de compra. Condições tais muito presentes na realidade brasileira contemporânea.

Para Netto, a pobreza relativa quando considerada como a “renda inferior à metade da renda média” não está relacionada com o conceito de pobreza da tradição marxista, pois para a teoria marxista, a pobreza relativa refere-se à redução da parte que cabe ao trabalhador do total dos valores que foram gerados através de seu trabalho. Isso significa que na atualidade, os conceitos sobre pobreza relativa são basicamente voltados para questões econômicas e são melhor traduzidos por meio de dados estatísticos, sob uma ótica quantitativa, já o conceito marxiano traz uma análise mais voltada para a relação de exploração do trabalhador, sob uma ótica mais qualitativa.

Segundo dados da ONU, Organização das Nações Unidas, divulgados em janeiro de 2020 na revista “Carta Capital”, a concentração de renda aumentou no mundo, a desigualdade social é crescente, está atingindo níveis recordes e, ainda de acordo com dados e declarações da ONU, somente beneficia ricos e empresas. Ainda segundo o mesmo estudo, o Brasil ocupa o segundo lugar na posição das nações mais desiguais do mundo, onde os 1% mais ricos possuem 28,3% do PIB, tal cenário mundial representa um desafio de grandes proporções para o Serviço Social à medida que os aspectos antes mais restritivos da Questão Social extrapolam para diversas vertentes na vida contemporânea.

Iamamoto traz uma abordagem bastante contemporânea a respeito da pobreza e concentração de riquezas no mundo, para ela, as medidas anticrise adotadas na década de 90 pelos organismos multilaterais, acentuam a concentração de renda e a desigualdade é indissociável do processo de modernização produtiva.

De acordo com a ONU, o crescimento econômico acelerado das últimas décadas está falhando em reduzir as desigualdades e a divisão interna e externa entre os países. O descontrole da concentração de renda atual reflete-se nos dados divulgados neste estudo, mostrando uma matemática que denuncia condições extremamente desiguais, onde cerca de 2.150 bilionários possuem a mesma renda que 4,6 bilhões de pessoas, ou seja 60% da população mundial.

A pobreza ou miséria tratada como conteúdo particular sobre desenvolvimento humano e necessidades básicas, requer a conceituação e delimitação desses termos. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, o desenvolvimento humano é aquele que coloca as pessoas no centro do

desenvolvimento, possibilitando a realização de suas potencialidades, ampliando possibilidades e conquistando a liberdade de viver plenamente, segundo os aspectos de condições mínimas de conforto e realização. O indicador de desenvolvimento humano, IDH, refere-se a condições necessárias para que toda a população tenha condições para desenvolver suas potencialidades e possuam a garantia de seus direitos plenos de cidadania.

A abordagem e atuação da Assistência Social requer adequação à realidade do país, para os profissionais que atuam nos países Europeus o enfoque dado não deve ser o mesmo das nações Africanas, que por sua vez deve ser diferente das nações Latino americanas, por exemplo. Os países nórdicos possuem os maiores IDH's do globo, enquanto que alguns países Africanos possuem os menores Índices, na América Latina há países com IDH's intermediários, baixos e outros considerados elevados, refletindo assim, a necessidade de abordagem particular de acordo com a realidade de cada região.

Para Closs, o núcleo de fundamentação do serviço social é expressado no conjunto da produção profissional a partir da inclusão da teoria social marxista nas diretrizes acadêmicas e no próprio exercício profissional, conseqüentemente repercutindo nas produções acadêmicas, que trazem abordagens sobre a Questão Social como base de fundação sócio-histórica para a profissão e como conteúdo de trabalho para a área. Tal abordagem pode utilizar o presente trabalho como exemplo, que consiste em uma produção acadêmica focada na abordagem na Questão Social como base teórica do serviço social. Pesquisas que trazem essa temática corroboram para a elucidação do significado social da profissão consolidando cada vez mais as matrizes teórico-metodológicas para a profissão.

Resgatando o debate sobre pobreza, sua abordagem no campo epistemológico traz discussões a respeito de bem estar social, com enfoque nas potencialidades do indivíduo. Por essa linha discursiva, o conceito tradicional de pobreza, que tende a focar na condição econômica, mostra-se insuficiente, pois outros fatores além da renda, também interferem na plena capacidade de condições e potencialidades humanas, como por exemplo, questões relacionadas a gênero, sexualidade e religião.

Partindo dessa análise, o serviço Social encontra um campo extremamente vasto de atuação, pois o conceito de bem estar social é capaz de aglomerar diversas vertentes sociais, superando assim limitações de abordagens restritas à condição financeira. Pois ao passo que outras questões também interferem para a plena

capacidade de potencialidade humana, como questões culturais, por exemplo, em culturas onde a mulher não é permitida a realizar atividades sem consentimento do marido, tal aspecto cultural focalizado na desigualdade de gênero focaliza um processo de limitação das potencialidades individuais.

No que concerne à sexualidade humana, práticas preconceituosas e culturas que não permitem a livre orientação sexual de seus indivíduos, acabam por limitar e interferir negativamente as potencialidades individuais desses grupos, impossibilitando assim o bem estar social. O não reconhecimento à cidadania, por exemplo, coloca pessoas em situação de refugiadas, em um patamar extremamente vulnerável, países europeus enfrentaram diversos conflitos internos relacionados ao fluxo migratório de refugiados para aquele continente. Todos esses aspectos interferem diretamente na situação de bem estar social e encontram, portanto, vasto campo de atuação e mediação da Assistência Social.

A Questão Social é um fenômeno que transborda toda a historicidade da Assistência Social, visto que seu surgimento antecede à origem da própria profissão e o surgimento da área está estritamente vinculado a esse fenômeno. As transformações e adaptações desse conceito acompanharam também alterações na atuação do Assistente Social. Na atualidade, a expressão da Questão Social mais intimamente relacionada à área é o fenômeno da pobreza, que por sua vez se ramifica em uma infinidade de expressões e desencadeia toda a teia das relações sociais no mundo.

Para o Serviço Social, a extrapolação do conceito de pobreza além de renda e questões econômicas, segue uma tendência cada vez mais presente na realidade contemporânea. A ampliação desses conceitos, possibilita interferir e atuar considerando todos os fatores que limitam ou alteram as plenas capacidades e condições das potencialidades humanas, envolvendo renda, gênero, crenças, escolaridade, acesso a serviços de saúde, mobilidade urbana e cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A centralidade da Questão Social na maturação e na própria origem do serviço social, abordada no desenvolvimento do presente estudo, evidencia sua importância para a área da assistência social, bem como mostra as diversas possibilidades de estudos relacionados ao tema. Percorrendo o contexto histórico até chegar na contemporaneidade, as diversas vertentes da Questão Social, estão atreladas às definições sobre pobreza no presente.

A discussão sobre a relevância da Questão Social como base de fundamentação sócio histórica da profissão, evidenciada neste trabalho, mostra o quanto importante é para a base teórica da Assistência Social, pois pode ajudar a promover o reconhecimento da atuação do profissional da área no contexto social na atualidade, através da elucidação da própria relação capital e trabalho, incluindo a própria profissão do serviço social.

Sob a perspectiva acadêmica, sugestões de novos estudos sobre o tema podem estar relacionados à Questão Social e a atuação do assistente social na área da Saúde, e de que forma a fundamentação sócio teórica pode nos fornecer caminhos para resolução de problemas comuns enfrentados na área. A mesma linha de abordagem pode ser utilizada para diversos outros temas como educação pública de qualidade, locomoção e acessibilidade urbana, a crise de refugiados, crises econômicas, pandemias, bem como demais campos de abordagens que possam relacionar a Questão Social, pobreza e a intervenção do Serviço Social são inesgotáveis, e todos esses campos podem ser abordados pela ótica atual de polarização política.

As discussões acerca de pobreza permeiam na atualidade a atuação do Assistente Social, contudo o resgate histórico da profissão torna-se imprescindível em posteriores estudos sobre a relevância desse tema com a atuação do profissional, pois possibilita uma análise crítica acerca do desenvolvimento da área, evita abordagens que retornem a uma conceituação já superada e fornece campo para contínuo desenvolvimento de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BULLA, L. C. **Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 2, dez. 2003.
- CARDOSO, P. F. G. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. São Paulo: Papel Social, 2013.
- CLOSS, T. T. **Fundamentos Do Serviço Social: Um estudo a partir da produção da área**. Porto Alegre, 2015.
- CLOSS, T. T. **Fundamentos do serviço social brasileiro: perspectivas e tendências da produção profissional da área**. Projeto de Pesquisa de Doutorado. Porto Alegre: FSS/PUCRS, 2013. Mimeo.
- DRAIBE, S. **A Política Social No Período FHC e o Sistema De Proteção Social**. **Tempo soc.** vol.15 no.2 São Paulo Nov. 2003.
- IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.
- IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.
- KANIAK, V. MANDALOZZO, S.S.N. **O Sistema De Produção Capitalista No Contexto Do Trabalho**. 2013.
- LUKÁCS, Georg. Sociologia. In: NETTO, José Paulo (Org.). **Grandes cientistas sociais**, São Paulo: Ática, n. 20, 1992.
- MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1991.
- MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.
- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.
- NETTO, José Paulo. **A conjuntura brasileira: o serviço social posto à prova**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.79, p. 5-26, set., 2004.
- ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- SANTOS, J. S. **Questão Social: Particularidades no Brasil**, Cortez Editora, 1ª Ed. SP 2012.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. São Paulo: Cortez, 1986.

STRAZZERI, V. **A trajetória histórica do “Social”**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 119, p. 508-530, jul./set. 2014.

TENÓRIO, F. G. **A Questão Social Acrescida**. *Revista NAU Social* - v.11, n.20, p. 105 – 109 Maio / Out 2020.

TONET, I. **Teoria Social Crítica: Do Que Se Trata?** Maceió, Nov. 2012.

ROSENFELD C. L. **Trabalho Decente e Precarização**. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 1. 2011.

YAZBEK, M.C. **Os Fundamentos Históricos e Teórico Metodológicos Do Serviço Social Brasileiro Na Contemporaneidade**. Disponível em: <<http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>>. Acesso em: out. 2020

YAZBEK, M. C. **A dimensão política do trabalho do assistente social**. *Serviço Social e Sociedade*, n. 120, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000400005&lng=pt&nrm=is&tlng=pt>. Acesso em: out. 2020.

APÊNDICE

7.1 Apêndice A - Roteiro de Análise Documental

1. Identificação do documento:
 - 1.1 Artigos
 - 1.2 Livros
 - 1.3 Trecho de textos jornalísticos

2. Eixos Temáticos principais Para Análise Documental:
 - 2.1 Relacionados ao contexto histórico da Questão Social e a Teoria Social Crítica.
 - 2.2 Relacionados à Questão Social e o Serviço Social
 - 2.3 Relacionados à pobreza e Questão Social

3. Eixos Temáticos secundários Para Análise Documental:
 - 3.1 Serviço Social Brasileiro
 - 3.2 Políticas Públicas e Serviço Social no Brasil
 - 3.3 Surgimento e desenvolvimento do Capitalismo
 - 3.4 Marxismo e Questão Social

4. Ano de Publicação:
 - 4.1 Prioridade para Artigos publicados nos últimos dez anos, exceto para livros utilizados para análise histórica.

5. Descritores para identificação dos Eixos Temáticos:
 - 5.1 Título
 - 5.2 Resumo
 - 5.3 Palavras Chave.

6. Modalidade do Texto Analisado:
 - 6.1 Artigo Científico
 - 6.2 Relato de opinião
 - 6.3 Capítulos de Livros.